

Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno

*Contribuições da Educação Profissional para o Desenvolvimento da Zona
Oeste do Município do Rio de Janeiro: Subsídios para Fundamentar Novas
Propostas em Consonância com o Contexto Econômico da Região*

(Versão Final)

Projeto FAPERJ nº E-26/110.644/2007

Márcia Pimentel Machado (FAETEC)

Márcia Cristina Pinheiro Farinazo (FAETEC)

Risomar Ferreira do Nascimento Guedes (FAETEC)

Junho/2009

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Breve Histórico da Educação Profissional e seus Reflexos sobre o Desenvolvimento Social e Econômico.....	5
2.1 A Educação Profissional no Contexto Legislativo.....	5
2.2. Articulação da Educação Profissional com a Educação Básica.....	6
2.3. Integrar a Educação Profissional e Tecnológica ao Mundo do Trabalho.....	7
3. Principais Considerações sobre o Estudo de Desenvolvimento Econômico da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.....	8
4. Estudo Preliminar sobre os Cursos Técnicos de Nível Médio e os Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Oeste do Município do Rio de Janeiro e sua Relação com Contexto Econômico Local.....	10
4.1. Cursos Técnicos de Nível Médio.....	10
4.2. Cursos de Nível Superior.....	17
5. Contribuição da Educação Profissional á Expansão do Desenvolvimento Industrial e ao Desenvolvimento do Pólo Metalmeccânico na Região Oeste do Município do Rio de Janeiro.....	23
6. Considerações Finais.....	25
Referências Bibliográficas.....	26

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos Técnicos oferecidos na Região Administrativa de Realengo.....	11
Tabela 2 - Cursos Técnicos Oferecidos na Região Administrativa de Bangu.....	12
Tabela 3 - Cursos Técnicos Oferecidos na Região Administrativa de Campo Grande.....	13
Tabela 4 - Cursos Técnicos Oferecidos na Região Administrativa de Santa Cruz.....	14
Tabela 5 - Relação dos Eixos Tecnológicos e Porcentagem de Oferta dos Cursos Técnicos na Região Oeste do Município do Rio de Janeiro.....	15
Tabela 6 – Diferença Percentual entre o Total de Cursos Técnicos Oferecidos por Instituições Públicas e Instituições Privadas, Considerando as Quatro Regiões Administrativas.....	17
Tabela 7 - Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Administrativa de Realengo.....	18
Tabela 8 - Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Administrativa de Bangu.....	19
Tabela 9 - Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Administrativa de Santa Cruz....	19
Tabela 10 - Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Administrativa de Campo Grande.....	20
Tabela 11 - Porcentagem de Oferta dos Cursos Superiores na Região Oeste do Município do Rio de Janeiro.....	22
Tabela 12 - Diferença Percentual entre o Total de Cursos de Nível Superior Oferecidos por Instituições Públicas e Instituições Privadas, Considerando as Quatro Regiões Administrativas.....	23

1. Introdução

A educação é fator de emancipação do indivíduo. O trabalho é elemento constituinte da humanidade deste indivíduo. A Educação Profissional se sustenta a partir da relação entre educação e trabalho, sendo este o princípio educativo.

A educação da população e dos trabalhadores em especial passou a ser um requisito de inserção na modernidade competitiva do capital. Deter tecnologia e a capacidade de produzi-la é um dos maiores bens que um país pode ter atualmente.

Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica que, no momento atual tem sido delineada por novos paradigmas, em função de novas formas de organização do trabalho e das mudanças tecnológicas que ocorreram nas últimas décadas, deve estar coadunada com a transformação do conhecimento determinada pelos novos processos produtivos e tecnológicos. Como alavancadora do desenvolvimento social, econômico e cultural, através - se da geração de novas oportunidades de inclusão social e de novas perspectivas de vida, torna-se decisiva para atender às demandas do mundo do trabalho, contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos indivíduos e garantir o exercício da cidadania.

Investir na formação profissional como parte do desenvolvimento da relação do indivíduo com o mundo do trabalho deve ser um projeto amplo, que não se confine, apenas, à formação de mão-de-obra qualificada, em consonância com as necessidades do mercado, mas, que leve em conta uma formação integral do indivíduo. Com esta perspectiva, deve se fundamentar toda e qualquer prática educacional estratégica, visando à adaptação às transformações do setor produtivo e ao cenário da formação profissional. Este requer, cada vez mais, a concepção do exercício profissional enquanto relação social e produtiva, superando a visão tecnicista, mecânica e funcional das relações de trabalho, de modo a evitar o mero adestramento e garantir o caráter dinâmico e flexível, bem como reflexivo, de uma formação sintonizada com as transformações sociais e tecnológicas.

Orientando-se para as mudanças no mundo do trabalho, as ações pedagógicas devem ser pautadas para o desenvolvimento das características profissionais necessárias ao homem atual, tais como polivalência, flexibilidade e capacidade de intervir no processo produtivo de forma crítica e criativa.

Neste contexto, a formação profissional deve contribuir para o exercício uma prática eficiente e para a formação integral, através da aquisição de conhecimentos básicos da qualificação e do desenvolvimento de competências. O processo de formação deve obrigatoriamente incluir, atitudes, valores éticos e segurança no trabalho, além das habilidades específicas do desempenho da função. Importante, também, é a compreensão da formação profissional no campo da educação permanente, pela via do “aprender a aprender”, estimulando o indivíduo a buscar e aprofundar os seus conhecimentos e a aperfeiçoar as suas práticas profissionais.

O compromisso da educação, visando à construção da cidadania por meio da produção do conhecimento, do fomento das idéias, da formulação de soluções sociais inovadoras e da formação de quadros profissionais de qualidade, colocados a serviço da sociedade, contribuirá decisivamente para o avanço social e econômico da Região.

Com esses pressupostos, a educação profissional deve estar alicerçada em pilares de sustentação de qualidade como: financiamento; avaliação e responsabilização; formação de

professores; gestão e mobilização, de forma a atender aos seguintes requisitos:

- Ser um referencial de excelência na formação profissional;
- Formar com eficiência e eficácia;
- Orientar para o mundo do trabalho;
- Aumentar a oferta formativa;
- Atender à diversidade da demanda;
- Desenvolver o potencial empreendedor;
- Adequar capacitação técnica e tecnológica às demandas atuais e futuras;
- Consolidar uma política de recursos humanos voltada para a flexibilidade, competitividade e qualidade técnica e de gestão;

Orientada por esses pressupostos, a Educação Profissional, conseqüentemente, contribuirá para:

- A formação integral dos indivíduos, proporcionando-lhes preparação adequada para um exercício profissional qualificado, além de uma sólida formação geral, científica e tecnológica;
- Promover a aproximação entre a educação, os setores empresariais e as associações profissionais;
- Promover contato com o mundo do trabalho e a experiência profissional, de modo a possibilitar uma adequada inserção socioprofissional;
- Promover, por si ou conjuntamente com outros agentes e instituições, a concretização de projetos de formação de recursos humanos qualificados que respondam às necessidades do desenvolvimento das regiões onde é ofertada;
- A criação de postos de trabalho, tendo em vista as finalidades da política de emprego, através do apoio técnico-pedagógico nos domínios da organização e gestão da formação profissional;
- Promover o aumento da qualidade da formação, possibilitando respostas em termos de sistemas formativos que contemplem a formação inicial e a formação contínua;

O presente estudo pretende ser um guia que visará contribuir com subsídios para o planejamento de ações, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de novas propostas educacionais relacionadas com a qualificação e a requalificação da mão-de-obra, para atender ao pólo metalmeccânico e às demais indústrias que integram os distritos industriais da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. As ações a serem planejadas deverão, ainda, considerar a elevação do padrão de vida da população local e redução das discrepâncias sociais e econômicas em relação às demais regiões do município, para contribuir, decisivamente, de modo a elevar os índices de desenvolvimento social da região.

A natureza e a efetividade das ações educacionais propostas dependerão dos princípios norteadores, das estratégias empregadas, incluindo propostas de aumento da escolaridade dos trabalhadores e do desenvolvimento de itinerários que aproveitem continuamente os estudos

já realizados.

2. Breve Histórico da Educação Profissional e seus Reflexos sobre o Desenvolvimento Social e Econômico

2.1 A Educação Profissional no Contexto Legislativo

A implantação da reforma da Educação Profissional, em sua concepção teórica, apresenta como referência a Andragogia¹ de Competências, reflexo do novo perfil que o trabalho (laborabilidade ou trabalhabilidade) vem assumindo, e que redireciona ou transfere o foco dos conteúdos do ensino tradicional para o desenvolvimento de competências. Dessa forma, trabalhar por competências exige da educação em curso mudanças na sua prática pedagógica, de modo a ajustar o processo ensino/aprendizagem à realidade de um mundo sem fronteiras, de economia globalizada, onde o conhecimento torna-se cada vez mais complexo e há necessidade de ferramentas tecnológicas avançadas que possibilitem acesso mais rápido.

Essas questões tiveram origem na implantação da Reforma da Educação Profissional, a partir de 1996. Essa solidez se materializa na possibilidade da preparação para o trabalho, dando condições aos alunos para seguirem diferentes percursos: prosseguir os estudos e a participação qualificada para o mundo do trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, destaca no Art. 1º, § 2º, do Título I, que a “educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Mais adiante, na seção IV, do Ensino Médio o inciso IV do Art. 35 define uma de suas finalidades, a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática no ensino de cada disciplina.

Essa finalidade é reforçada no Art. 36, § 2º dessa Lei, ao explicitar que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.” Esses artigos encontram ressonância no Capítulo III, que trata da Educação Profissional, na medida em que define a articulação dessa modalidade com o ensino regular. Entretanto, essa articulação não se materializou na forma integrada, uma vez que o Decreto nº 2.208/97 estabelecia uma organização curricular da Educação Profissional de nível técnico independente do ensino médio.

O Decreto Federal nº 2.208/97, em seu 1º Artigo, ressalta: “Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais específicas para o exercício de atividades produtivas.”

O Decreto 2208/97 definiu a Educação Profissional como o ponto de articulação entre a escola e o mundo do trabalho, atrelando-a as seguintes funções: (i) qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores em geral, independente do nível de escolaridade; (ii) habilitar jovens e adultos para o exercício de profissões de nível médio e de nível superior; (iii) atualizar e aprofundar conhecimentos tecnológicos voltados para o mundo do trabalho. Tais funções seriam desenvolvidas, respectivamente, nos seguintes níveis: Básico, Técnico e Tecnológico da Educação Profissional. O referido decreto contemplava, ainda, cursos de

¹ Arte e Ciência de orientar os adultos a aprender (Gil, 2008).

atualização, aperfeiçoamento e especialização técnica (Souza, Ramos & Deluiz, 2007).

Segundo Souza, Ramos & Deluiz (2007), as diretrizes da Educação Profissional, determinadas pela LDBEN/96 e pelo Decreto 2208/97, promoveram seu assentamento sobre três medidas: (i) estabelecimento de um nível de formação desvinculado do pré-requisito de escolaridade (o nível básico); (ii) desvinculação formal e curricular entre os ensinos médio e técnico, ratificando a conclusão do primeiro como pré-requisito para a diplomação no segundo; (iii) concepção da formação profissional em itinerários ou trajetórias flexíveis. Tais medidas conferiram à Educação Profissional uma identidade própria, formalmente separada do sistema educacional formal, podendo ser realizada por diferentes estratégias, que não exclusivamente a via escolarizada.

Revogado o Decreto nº 2.208/97, outro documento entra em vigor, o Decreto nº 5.154/04, que elimina as amarras estabelecidas pelos Decretos 5.224 e 5.225/04 que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica, bem como na oferta dos cursos técnicos. O Decreto 5.154/04 possibilita a articulação da Educação Profissional com o Ensino Médio, podendo ocorrer de forma integrada, concomitante ou subsequente. O Decreto estabelece, ainda, como premissas para a Educação Profissional, a organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica e a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Recentemente a Lei 11.741/08 alterou a LDBEN de forma a redimensionar, institucionalizar e integrar ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Alterações trazidas pela Lei 11.741/08:

- A articulação da educação de jovens e adultos com a educação profissional;
- A educação profissional e tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia;
- Os cursos de educação profissional e tecnológica serão organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos;
- Acréscimo da Seção IV-A que trata especificamente da educação profissional técnica de nível médio.

A Lei 11741/08 possibilita que o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, seja objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos; e que as instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, ofereceram cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

2.2. Articulação da Educação Profissional com a Educação Básica

A articulação da educação profissional e tecnológica com a educação básica deve adquirir características humanísticas e científico-tecnológicas condizentes com os requisitos da formação integral do ser humano. A história da educação brasileira registra uma sucessão de

ações restritivas à universalização da educação básica e, como contraponto, a destinação das atividades manuais aos “filhos dos desfavorecidos da fortuna” (BRASIL, 1906), às “classes menos favorecidas” (BRASIL, 1937, p.129). Nas últimas décadas, a demanda por níveis mais altos de escolaridade engendrou mecanismos restritivos de acesso ao ensino e a destinação induzida às carreiras técnicas e profissionais.

Nesse contexto, o Ministério da Educação tem defendido um posicionamento que convencionou chamar de visão sistêmica da educação, que não prioriza determinadas etapas ou níveis educacionais isoladamente, mas pensa no conjunto da educação e o trata como etapas de modalidades e níveis que se reforçam mutuamente, conforme texto abaixo:

“O modelo sistêmico é um esquema conceitual que permite analisar de maneira ampla e direta os objetivos, a estrutura, o funcionamento e as inter-relações dos organismos complexos. Ele permite a análise dos sistemas sociais não apenas pelos seus componentes ou pela sua dinamicidade interna, mas também pela identificação e possibilidade de intervenção no comportamento dos atores que dele participam e influenciam o alcance de seus resultados.” (FONSECA & PEREIRA, 1997).

Propõe-se nesse sentido, uma escola que contribua para a superação da estrutura social desigual, mediante a reorganização do sistema educacional, particularmente da educação profissional. Assim, torna-se necessário superar definitivamente a concepção que separa a educação geral e propedêutica da específica e profissionalizante.

Logo, a vinculação da educação profissional e tecnológica à educação básica possibilitará modalidades de construção do processo educativo como um todo, no qual a formação será essencial como elemento indispensável para o exercício pleno da cidadania.

2.3. Integrar a Educação Profissional e Tecnológica ao Mundo do Trabalho

A educação profissional e tecnológica, em termos universais, e no Brasil em particular, reveste-se cada vez mais de elementos importantes como estratégias para a construção de cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, como “espaço de mutações” tecnológicas. Sua dimensão quer em termos conceituais quer em suas práticas, é diversa e complexa, não se restringindo, a uma compreensão linear, que restrinja simplesmente preparar pessoas para executar tarefas instrumentais. Assim, a educação apresenta-se como processo mediador que relaciona a base cognitiva com a estrutura social, evitando falso juízo de se transformar em mercadorias e de considerar a educação profissional e tecnológica em simples adestramento.

Nessa perspectiva, a educação profissional e tecnológica deverá ser concebida como processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o projete em bases científicas, bem como ético - políticas, de modo a compreender a tecnologia como produção social.

Do ponto de vista da oferta dos níveis e modalidades de educação, cujas demandas se vêm fazendo notar em âmbito local verifica-se que as dificuldades para o seu atendimento são muitas. No caso específico, da formação de professores, no tocante à realidade da Educação Profissional, cabe destacar que estes níveis e modalidades se apresentam ainda mais

desafiadores para os municípios, uma vez que não se encontram amparados por políticas públicas específicas de financiamento, de abrangência nacional, estando fortemente dependentes de programas e projetos pontuais, indefinições quanto a regularidade, qualidade e volume de recursos destinados à sua oferta (SOUZA & FARIA, 2003 *apud* SOUZA, RAMOS e DELUIZ, 2007).

3. Principais Considerações sobre o Estudo de Desenvolvimento Econômico da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro

A análise do documento, auxiliada pelo levantamento de dados realizados, permitiu a conclusão de informações relevantes, que serviram de subsídios para a avaliação das ações educacionais que estão sendo desenvolvidas no presente momento e para aquelas que se pretende desenvolver na região em estudo. Em relação às ações em desenvolvimento, torna-se fundamental verificar se os resultados que hoje se apresentam atendem às demandas e necessidades da zona oeste do RJ, relacionadas no estudo a que o título se refere.

O estudo realizado aponta a expansão industrial na Zona Oeste da cidade, com a instalação de importantes indústrias, fato que propiciou considerável crescimento imobiliário na região. Dentre os fatores facilitadores dessa expansão industrial foram citados a infra-estrutura e a disponibilidade de terrenos adequados à instalação de complexos industriais.

Dados estratégicos, do ponto de vista econômico e social e que merecem destaque são:

- as atividades econômicas com atuação mais expressiva na região, em termos de estabelecimentos e oferta de empregos formais, como: comércio varejista, ocupando o primeiro lugar nas quatro regiões administrativas estudadas (Bangu, Realengo, Campo Grande e Santa Cruz); serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção; comércio e administração de imóveis; indústria de transformação (alimentos e bebidas);
- as atividades industriais com maior expressão econômica são as representadas pelos seguintes setores: alimentos e bebidas; metalurgia; química; papel, papelão, editorial e gráfica;
- os setores da indústria de transformação com maior participação na economia da região são: minerais não-metálicos; alimentos e bebidas; madeira, mobiliário e metalurgia;
- quando se compara a região estudada com todo o município do Rio de Janeiro, verifica-se a pequena expressão econômica, tanto em relação ao percentual de estabelecimentos quanto ao percentual de empregos formais;
- na região estudada predominam os estabelecimentos de micro e pequeno porte; em relação aos estabelecimentos de maior porte, sua representatividade é menor do que no restante do município;
- os grandes estabelecimentos da região geram, em média, menos emprego que os grandes estabelecimentos do município;
- o aspecto de qualificação dos empregados está bem distante do ideal, pois a maioria encontra-se na faixa de ensino fundamental completo e ensino médio incompleto; a porcentagem de empregados com nível superior é baixa, sendo quase inexpressiva a

parcela com curso de pós-graduação;

- no que tange ao aspecto salarial, os dados indicam 72% de trabalhadores com ganhos entre 1 e 3 salários mínimos, e apenas 3% ganham mais de 10 salários mínimos. Esses percentuais ficam bem abaixo do restante do município;
- a região estudada apresenta uma população mais jovem empregada formalmente, em relação ao município do Rio de Janeiro, mas os perfis de qualificação e remuneração são mais baixos;
- em relação às atividades industriais, destacam-se: couros, peles e assemelhados; metalurgia; bebidas; velas, sabões e produtos para limpeza; atividade têxtil e atividade mecânica, que se apresentam com distribuição diferenciada nas quatro regiões administrativas;
- os indicadores de desenvolvimento social indicam situação pior do que o restante do município do Rio de Janeiro, sendo a melhor situação a da região de Realengo e a mais crítica a da região de Santa Cruz;
- a qualificação da mão-de-obra empregada mostra-se inferior à do município do Rio de Janeiro, apesar da existência de muitas instituições de ensino formais e de ensino profissional;
- dentre os problemas mais frequentes na região, apontados por empresários e pela população em geral, destaca-se o problema da segurança. Para a população, os problemas mais citados relacionam-se com transporte/trânsito, saneamento/limpeza e mobiliário urbano. Para os empresários foram mais importantes os problemas ligados à atividade econômica, estrutura comercial e estacionamento;
- outro problema, também destacado pela população é a precariedade dos serviços públicos, especialmente na área de saúde.

Cabe ressaltar a necessidade de considerar os Arranjos Produtivos Locais como canal para alavancar o desenvolvimento econômico da região, inserindo ações educacionais pertinentes com vistas à eficácia e eficiência na formação do cidadão, como sujeito integrante do mundo do trabalho.

O conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL), que tem recebido grande destaque nos dias atuais, é antigo em termos de atividade produtiva. Corresponde a aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito e ensino e pesquisa.

A promoção de APLs requer o comprometimento das empresas e de entidades locais e regionais, de modo que os diversos segmentos relacionados a uma mesma atividade possam participar das estratégias que visam ao atendimento a esses arranjos e possibilitem o desenvolvimento da região com base no atendimento à economia local.

4. Estudo Preliminar sobre os Cursos Técnicos de Nível Médio e os Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Oeste do Município do Rio de Janeiro e sua Relação com Contexto Econômico Local

O levantamento das unidades de ensino na região da zona Oeste do Rio de Janeiro foi realizado, relacionando-se as escolas técnicas, públicas e particulares, e as instituições de ensino superior, por região administrativa. O objetivo foi investigar os cursos oferecidos por essas unidades e sua relação com as atividades econômicas, apontadas na pesquisa sobre o desenvolvimento econômico da região, bem como sua vinculação com o setor industrial. Os dados colhidos e apresentados correspondem a um universo de 90% a 95 % das instituições de ensino técnico e ensino superior presentes na região.

A metodologia empregada, para levantamento dos cursos ofertados foi informal, através do acesso a internet e por meio de entrevistas telefônicas.

Como o propósito do trabalho é apenas investigar os cursos técnicos de nível médio e os cursos de nível superior oferecidos nas quatro regiões administrativas o nome das instituições não foi divulgado.

4.1. Cursos Técnicos de Nível Médio

As tabelas1, 2, 3 e 4 apresentam a relação dos cursos técnicos ofertados, por região administrativa, e a natureza da instituição de ensino (pública ou privada).

Tabela 1 – Cursos Técnicos oferecidos na Região Administrativa de Realengo

Curso Técnico	Natureza da Instituição
Contabilidade	Pública
Gerência em Saúde	
Análises Clínicas	
Eletrônica	
Eletrotécnica	
Eletromecânica	
Mecânica	
Informática	
Comércio	
Administração	
Enfermagem	
Radiologia	
Enfermagem	
Logística (com ênfase em transportes)	
Transporte Rodoviário	
Total de Cursos - 15	

Tabela 2 - Cursos Técnicos Oferecidos na Região Administrativa de Bangu

Curso Técnico	Natureza da Instituição
Radiologia	Privada
Informática	
Informática para Internet	
Enfermagem	
Mecânica	
Eletrônica	
Eletrotécnica	
Administração	Pública
Contabilidade	
Análises Clínicas	
Total de cursos - 10	

Tabela 3 - Cursos Técnicos Oferecidos na Região Administrativa de Campo Grande

Curso Técnico	Natureza da Instituição
Enfermagem	Privada
Nutrição	
Fisioterapia	
Radiologia	
Análises Clínicas	
Segurança do Trabalho	
Eletrônica	
Eletrotécnica	
Informática	
Telecomunicações	
Montagem e Manutenção de Microcomputadores	
Administração	Pública
Contabilidade	
Edificações	
Total de cursos - 14	

Tabela 4 - Cursos Técnicos Oferecidos na Região Administrativa de Santa Cruz

Curso Técnico	Natureza da Instituição
Enfermagem	Pública
Informática	
Eletromecânica	
Segurança do Trabalho	
Mecânica	Privada
Eletrotécnica	
Total de cursos - 6	

Os cursos técnicos oferecidos, conforme Resolução CNE 03/08, devem ter sua nomenclatura em acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC), que congrega os cursos técnicos por eixos tecnológicos, considerando seu perfil de formação. A tabela 5, que apresenta os cursos técnicos por Eixo Tecnológico, mostra os percentuais de frequência de cada curso, na região, em relação ao total de cursos relacionados.

Tabela 5 - Relação dos Eixos Tecnológicos e Porcentagem de Oferta dos Cursos Técnicos na Região Oeste do Município do Rio de Janeiro

Curso Técnico	Eixo Tecnológico	Percentual de Frequência (%)
Administração	Gestão e Negócios (42,6%)	14,2
Contabilidade		19,0
Comércio		4,7
Logística		4,7
Análises Clínicas	Ambiente, Saúde e Segurança (99,5%)	14,2
Enfermagem		38,0
Nutrição		4,7
Gerência em Saúde		4,7
Fisioterapia (*)		4,7
Radiologia		19,0
Segurança do Trabalho		14,2
Eletrônica	Controle e Processos Industriais (52,1%)	14,2
Eletrotécnica		19,0
Eletromecânica		4,7
Mecânica		14,2
Informática	Informação e Comunicação (33,1%)	19,0
Informática para Internet		4,7
Telecomunicações		4,7
Manutenção e Suporte em Informática		4,7
Edificações	Infra-estrutura (9,4%)	4,7
Transporte Rodoviário		4,7

(*) O nome Técnico em Fisioterapia não está contemplado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Quando se avalia os cursos oferecidos, verifica-se uma forte predominância de cursos de saúde. No entanto, quando se analisa a relação de problemas indicados pela população da região estudada, verifica-se que um dos itens mencionados é a questão da baixa oferta de serviços públicos na área de saúde, que não atendem à demanda da população. Pode-se

inferir, portanto, que, no que tange aos cargos ocupados por profissionais técnicos de nível médio, os cursos oferecidos poderiam contribuir para minorar o problema em termos de ampliação de qualificação dos profissionais, ainda que a questão demande políticas públicas de ampliação e otimização da rede de atendimento (hospitais e postos de saúde).

Em relação aos cursos de saúde, nota-se a ausência de Curso Técnico em Farmácia, que contribuiria para a formação de mão de obra qualificada para atuação nas indústrias farmacêuticas da região, bem como nas indústrias de cosméticos.

A oferta de cursos vinculados ao setor industrial é inferior à verificada para a área de saúde, inclusive com menor variedade de cursos, verificando-se os mesmos cursos em diferentes regiões administrativas. Tais cursos não contemplam todas as áreas industriais, principalmente o setor da indústria de transformação. De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, outros cursos, tais como: Técnico em Química, Técnico em Plásticos, Técnico em Mecânica, Técnico em Metalurgia e Técnico em Siderurgia, poderiam ser oferecidos, de modo a atender as expectativas do setor industrial.

O eixo tecnológico Informação e Comunicação está contemplado através da oferta de cursos técnicos de Informática e de Telecomunicações, com predomínio de cursos da primeira área.

Em relação aos cursos que poderiam atender à questão do transporte/trânsito na região, registram-se Técnico em Transporte Rodoviário e Técnico em Logística (com ênfase em transporte), cuja oferta poderia ser ampliada. Considerando a construção do Arco Rodoviário, outros cursos poderiam ser oferecidos e atender às novas demandas que surgirão, além de colaborar para o problema do transporte/trânsito levantado pela população. Dentre os cursos, definidos pelo Catálogo Nacional, podem ser citados o Técnico em Trânsito e o Técnico em Transporte Ferroviário.

Considerando, ainda, a construção do Arco Rodoviário, pode ser discutida a ausência de cursos técnicos vinculados ao setor da construção civil. Na região apenas observa-se um curso, o Técnico em Edificações, o qual poderia ter sua oferta bastante aumentada. Outros cursos possíveis são Técnico em Desenho de Construção Civil, Técnico em Estradas e Técnico em Geoprocessamento.

Quando se confronta os cursos oferecidos com os dados obtidos pela pesquisa sobre o desenvolvimento econômico da zona oeste, verifica-se que, em sua imensa maioria, não correspondem às atividades mais expressivas e pouco contribuem para ampliar a mão de obra a ser inserida nas indústrias e em outros setores com carência de pessoal. Uma importante exceção é o curso Técnico em Segurança do Trabalho, com relativa frequência na região, que se apresenta importante para o atendimento às demandas apresentadas, pois o profissional formado pode atuar em todos os tipos de atividades, tanto na indústria como na área de serviços.

O setor de serviços, como comércio, comércio varejista e administração de imóveis, bem como os serviços de alojamento não estão contemplados, pois há pouca ou nenhuma oferta de cursos técnicos vinculados a essas atividades, tais como: Técnico em Comércio, Técnico em Vendas, Técnico em Logística e Técnico em Hospedagem. Os cursos técnicos em Administração e Contabilidade, que estão presentes em três das quatro regiões administrativas, devem ser avaliados quanto à eficácia em atender à demanda de atividades na área. Além de atender a essas demandas, os cursos em questão contribuiriam para elevar o

nível de qualificação dos profissionais inseridos no mercado.

Uma análise puramente técnica dos cursos oferecidos sugere que não houve uma preocupação inicial com o atendimento aos Arranjos Produtivos Locais, e nem uma relação mais direta com o parque industrial já instalado. No entanto, essas conclusões devem ser sustentadas por um trabalho de pesquisa mais profundo, com a preocupação de investigar a época de criação dos cursos e os fatores que nortearam suas escolhas.

No momento atual há uma forte tendência em selecionar cursos de educação profissional de qualificação ou de habilitação técnica que atendam aos Arranjos Produtivos Locais. Portanto, as novas ofertas de cursos técnicos visam contemplar o atendimento às economias regionais.

Outro dado importante a ser considerado, é a diferença no número de instituições públicas e particulares que oferecem ensino profissional técnico de nível médio, nas quatro regiões administrativas. Assim, na região de Realengo, onde há maior variedade de cursos, o predomínio é de instituições públicas. Em Bangu e Campo Grande, há maior quantidade de instituições privadas. Na região de Santa Cruz, onde a quantidade e variedade de cursos técnicos são inferiores às demais, não há diferença significativa entre os dois tipos de instituição de ensino. Quando analisado o quantitativo total de cursos técnicos e o número de instituições públicas e privadas que oferecem os cursos relacionados, considerando as quatro regiões administrativas, verifica-se uma diferença percentual, com predomínio das instituições privadas. A tabela 6 registra essa diferença percentual.

Tabela 6 – Diferença Percentual entre o Total de Cursos Técnicos Oferecidos por Instituições Públicas e Instituições Privadas, Considerando as Quatro Regiões Administrativas

Instituições Públicas (% de Oferta)	Instituições Privadas (% de Oferta)
42,0	57,0

Na opinião de Souza, Ramos e Deluiz (2007), uma condição que colabora para a expansão do setor privado, no que concerne ao atendimento à educação profissional nos municípios, é a tímida cooperação entre a União e os Estados, através de um Regime de Colaboração. Os autores postulam, ainda, que a produção científica neste campo se mostra incipiente, fato que dificulta a compreensão da identidade da Educação Profissional no âmbito dos sistemas educacionais, particularmente municipal. É fato que, no caso particular dos cursos técnicos de nível médio, as instituições públicas ofertantes são estaduais ou federais.

4.2. Cursos de Nível Superior

O panorama da Educação Profissional de Nível Superior mostra-se diferenciado, com um elenco maior e mais diversificado de cursos. Todavia, também, neste caso, não se verifica uma relação direta com as atividades econômicas locais.

As tabelas 7, 8, 9 e 10 apresentam os cursos de nível superior oferecidos em cada região administrativa e a natureza da instituição ofertante, se pública ou privada.

Tabela 7 - Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Administrativa de Realengo

Curso	Natureza da Instituição
Direito	Privada
Informática	
Pedagogia	
Odontologia	
Fisioterapia	
Turismo	
Administração	
Ciências Biológicas	
Ciências Contábeis	
Biomedicina	
Educação Física	
Enfermagem	
Veterinária	
Nutrição	
Terapia Ocupacional	
Matemática	
Sistemas de Informação	
Geografia	
História	
Letras – Português/Espanhol	
Letras – Português/Inglês	
Comunicação Social (Jornalismo)	
Comunicação Social (Propaganda e Publicidade)	
Serviço Social	
Total de cursos - 24	

Tabela 8 - Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Administrativa de Bangu

Curso	Natureza da Instituição
Direito	Privada
Tecnologia e Processamento de Dados	
Pedagogia	
Administração	
Ciências Contábeis	
Geografia	
História	
Letras	
Total de cursos – 8	

Tabela 9 - Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Administrativa de Santa Cruz

Curso	Natureza da Instituição
Matemática	Privada
Turismo	
Administração	
Ciências Contábeis	
Letras	
Total de cursos – 5	

Tabela 10 - Cursos de Nível Superior Oferecidos na Região Administrativa de Campo Grande

Curso	Natureza da Instituição
Direito	Privada
Fonaudiologia	
Pedagogia .	
Logística	
Fisioterapia	
Serviço Social	
Administração	
Ciências Biológicas	
Ciências Contábeis	
Estética	
Educação Física	
Enfermagem	
Farmácia	
Nutrição	
Ciências Sociais	
Matemática	
Sistemas de Informação	
Geografia	
História	
Letras – Português/Inglês	
Letras – Português/Literatura	
Comunicação Social (Jornalismo)	
Comunicação Social (Propaganda e Publicidade)	
Serviço Social	

Ciências Biológicas	Pública
Ciências da Computação	
Engenharia de Produção	
Farmácia	
Biotecnologia	
Gestão em Tecnologia da Informação	
Gestão em Construção Naval e Offshore	
Produção de Fármacos	
Produção de Polímeros	
Produção Siderúrgica	
Total de cursos - 35	

A análise das tabelas acima permite a inferência de dados importantes, que podem corroborar com as informações presentes no estudo sobre desenvolvimento da zona Oeste. Realengo e Campo Grande concentram a maior quantidade de instituições de nível superior, havendo predominância de cursos de saúde e os vinculados às carreiras do magistério. Em contrapartida, como verificado em relação aos cursos técnicos, Santa Cruz é a região com menor oferta de cursos superiores.

Em relação aos cursos de saúde, a mesma discussão para os cursos técnicos vale para os cursos superiores. Há instituições de ensino formando profissionais da área de saúde que poderiam atender à demanda da região, mas há necessidade de políticas públicas para a promoção de ações, que permitam a inserção local da mão de obra egressa de tais cursos.

Os cursos superiores que atendem ao setor de serviços - Administração e Ciências Contábeis – estão presentes em todas as 4 regiões, com percentual de oferecimento em torno de 10%. Nesse caso, também é pertinente a oferta de outros cursos, mais recentes em termos de oferta, que atendam ao setor de serviços, tais como Logística, Finanças, Comércio Exterior, Vendas, dentre outros.

Os cursos vinculados ao setor de transportes, um dos problemas relacionados pela população local, não estão contemplados na oferta analisada. O desenvolvimento do setor de transportes é essencial ao desenvolvimento de qualquer região, principalmente, quando há necessidade de atendimento a um parque industrial já instalado. O investimento nessa área pode ter forte contribuição das instituições de ensino.

No caso específico dos cursos superiores verifica-se que a oferta vinculada ao setor industrial é reduzida e pouco variada, não atendendo a todas as demandas, principalmente no que tange à indústria de transformação. Apenas uma instituição, criada mais recentemente, oferece cursos que têm maior relação com o contexto econômico industrial, tais como Produção em Siderurgia, Polímeros, Gestão da Construção Naval e Offshore, Produção de Fármacos, Biotecnologia e Sistemas de Informação. Para contribuir com a expansão do Parque Industrial da Zona Oeste é fundamental que as instituições de ensino repensem seus cursos e contemplem as áreas de plásticos, siderurgia, metalurgia, automação e instrumentação.

Tabela 11 - Porcentagem de Oferta dos Cursos Superiores na Região Oeste do Município do Rio de Janeiro

Curso	Área/Setor/Eixo	% de Oferta
Administração	Serviços/Gestão e Negócios	10,2
Ciências Contábeis		10,2
Logística		2,5
Gestão Portuária		2,5
Comunicação Social (Jornalismo)	Comunicação e Informação	5,1
Comunicação Social (Propaganda e Publicidade)		5,1
Direito	Humanas	7,6
Serviço Social		5,1
Ciências Sociais		2,5
Sistemas de Informação	Informática	5,1
Tecnologia e Processamento de Dados		2,5
Gestão em Tecnologia da Informação		2,5
Pedagogia	Ensino (magistério)	7,6
Educação Física		5,1
Matemática		7,6
Geografia		7,6
História		7,6
Letras		10,2
Fonoaudiologia	Saúde	2,5
Fisioterapia		5,1
Ciências Biológicas		5,1
Nutrição		5,1
Enfermagem		5,1
Farmácia		5,1
Estética		2,5
Terapia Ocupacional		2,5
Biomedicina		2,5
Biotecnologia		2,5
Veterinária		2,5
Odontologia		2,5
Turismo	Hospitalidade e Lazer	5,1
Gestão e Produção Naval e Offshore	Indústria	2,5
Produção de Fármacos		2,5
Produção de Polímeros		2,5
Produção Siderúrgica		2,5

Outro dado que chama atenção é a grande prevalência de instituições de ensino privadas oferecendo cursos superiores, e a baixíssima presença das instituições públicas. Esse dado poderia contribuir para explicar, em parte, o pequeno percentual de trabalhadores com ensino superior, como apontado no estudo. A tabela 12 registra essa diferença percentual.

Tabela 12 - Diferença Percentual entre o Total de Cursos de Nível Superior Oferecidos por Instituições Públicas e Instituições Privadas, Considerando as Quatro Regiões Administrativas

Instituições Públicas (% de Oferta)	Instituições Privadas (% de Oferta)
25 %	75%

5. Contribuição da Educação Profissional á Expansão do Desenvolvimento Industrial e ao Desenvolvimento do Pólo Metalmeccânico na Região Oeste do Município do Rio de Janeiro

Na opinião do Vice Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, em entrevista descrita na Publicação do Núcleo Inox² (nº 28, 2008), são condições favoráveis à instalação de um pólo metalmeccânico, com ênfase em aço inoxidável, na região Oeste do Município do Rio de Janeiro, o fato de ser importante produtor de minério de ferro, a disponibilidade de espaço de infra-estrutura e a proximidade com os produtores.

Outro fator que contribuirá decisivamente para o desenvolvimento da zona Oeste é a construção do Arco Metropolitano, cujos objetivos principais são: dar vazão ao grande fluxo de cargas pesadas dessas regiões, desafogar as principais vias da região metropolitana, como a Avenida Brasil e a Ponte Rio Niterói, além de facilitar o escoamento de produtos do Porto de Itaguaí, do Complexo Petroquímico de Itaboraí, e do Pólo Metalmeccânico da Zona Oeste, dentre outros.

Pesquisa realizada pela FIRJAN, em parceria com o SEBRAE-RJ e a FGV, revela perspectivas otimistas e refletem a percepção de que o país pode entrar em um novo ciclo de desenvolvimento sustentado, com índice de aumento das oportunidades de mercado de trabalho de 80% em áreas profissionais da indústria.

O segmento representado pelas profissões de técnico de nível médio está em crescimento, com boas perspectivas de aumento das oportunidades de trabalho nas empresas industriais brasileiras. Dentre estas profissões, as que se destacam em possibilidades de crescimento são: os técnicos de produção, conservação e de qualidade de alimentos (Técnico em Alimentos); técnicos para a produção em indústrias químicas (Técnico em Química, Técnico em Análises Químicas, Técnico em Automação), petroquímicas, refino de petróleo, gás e afins (Técnico em Petróleo e Gás, Técnico em Biocombustíveis); técnicos em fabricação de produtos

² Publicação do Núcleo de Desenvolvimento Técnico Mercadológico do Aço Inoxidável (Núcleo Inox).

plásticos e de borracha (Técnico em Plásticos), técnicos florestais (Técnico em Florestas), técnicos em manipulação farmacêutica (Técnico em Farmácia). É pertinente ressaltar que muitas profissões acima descritas estão em pleno desenvolvimento na Zona Oeste, como as indústrias de bebidas, alimentos, química, farmacêutica e metalurgia.

Em função das boas perspectivas e da grande demanda por mão-de-obra qualificada, a Educação Profissional, tem recebido grande atenção nos últimos anos. O governo federal, através de programas que vinculam o desenvolvimento social e econômico das diferentes regiões do país com cursos de ensino profissional, busca incentivar a sua expansão principalmente através do aumento da oferta de cursos técnicos de nível médio, que atendam aos Arranjos Produtivos Locais e Regionais. O Programa Federal, que visa à expansão da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, denominado Brasil Profissionalizado, tem como metas a assistência financeira e técnica para a criação de novas unidades educacionais, bem como a reforma ou expansão das Escolas Técnicas que já existem. O programa, que tem como um dos objetivos o fortalecimento da base científica do Ensino Médio, contempla a existência e a funcionalidade de laboratórios tecnológicos recomendados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e laboratórios de base científica, específicos para os seguintes componentes curriculares: Física, Química, Biologia, Matemática e Informática.

No Rio de Janeiro, a expansão do ensino profissional tem sido realizada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, através de cursos de qualificação e de cursos técnicos, por meio da criação dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), Escolas Técnicas com foco direcionado para o atendimento às vocações econômicas locais e regionais. Dentre os CVT já implantados, destacam-se aqueles que oferecem cursos que atendem à demanda da construção civil, situados na Baixada Fluminense (Caxias e São João de Meriti), regiões onde há grande carência desses profissionais. O município de Resende também foi contemplado com um CVT em construção civil, que formará mão-de-obra para atender às demandas da Votorantim e de outras empresas que estão investindo e realizando obras na região.

O setor automotivo foi atendido com a implantação de dois Centros Vocacionais Tecnológicos, em Quintino e Santa Cruz, que oferecem cursos de Formação Inicial e Continuada, em Mecânica Automotiva, Mecânica Diesel, Injeção Eletrônica e GNV e outros.

O Município de Bom Jardim, na região Serrana do Estado Rio de Janeiro, que se destaca como importante pólo de confecções de moda íntima será atendido com uma unidade de CVT que oferecerá cursos para atender a essa vocação. Outro Centro Vocacional, vinculado ao setor de confecções e moda, foi recentemente inaugurado no Município de Caxias.

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) apresenta, na região de Santa Cruz, além do CVT Santa Cruz (acima referido), uma Escola Técnica oferecendo cursos técnicos de nível médio em Segurança do Trabalho, Eletromecânica, Enfermagem e Informática. No mesmo espaço, existe um Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP) oferecendo cursos de Formação Inicial e Continuada em diversas áreas. Com a implantação e desenvolvimento do Pólo Metalmeccânico e do Parque Industrial, instalado e em expansão, o objetivo é ampliar a oferta de cursos técnicos e de qualificação, que atendam a essas novas demandas profissionais. O CVT Santa Cruz, com instalações e equipamentos que atendem ao setor automotivo, uma vez atendida essa demanda, pode orientar-se para o atendimento a outras propostas vocacionais. Na verdade, essa é a filosofia dos Centros Vocacionais Tecnológicos.

Diante do desafio das transformações na organização do trabalho, num cenário de mudanças nas formas de produção, em busca de incrementos de produtividade e de qualidade, as instituições de formação profissional vivem profundas incertezas que, em inúmeros casos, restringem o seu potencial de previsão e reação. Na melhor das hipóteses, tais instituições limitam-se à formação de profissionais qualificados para postos de trabalho em função das necessidades detectadas no mercado. Entretanto, o momento atual requer que se considere com mais profundidade as bases que sustentam as ações de formação profissional propriamente dita, numa reflexão atenta à complexidade das relações entre formação e trabalho, considerando as constantes transformações e a flexibilidade exigida pelo mundo do trabalho. As principais características referentes às qualificações deste novo tipo de trabalhador podem ser resumidas através dos seguintes pontos:

- Propensão à aprendizagem e à constante atualização (ou requalificação);
- Capacidade de leitura, escrita e interpretação;
- Capacidade de julgamento, diagnóstico, dedução e tomada de decisões;
- Adaptabilidade a mudanças periódicas tanto das funções como do local de trabalho.

O novo perfil exigido do trabalhador requer, sobretudo, que a formação profissional extrapole os conhecimentos específicos de uma determinada ocupação, adaptando suas ações educativas às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A formação polivalente é, neste sentido, a proposta mais adequada à capacitação de recursos humanos num contexto de transformação da organização do trabalho. Além de atentar para as competências técnico-operacionais, ela privilegia o desenvolvimento das competências cognitivas e sócio-comunicativas.

Numa visão mais restrita, o conceito de polivalência pode ser entendido como a formação que capacita para diferentes postos de trabalho, permitindo ao trabalhador uma mobilidade ocupacional. Tal formação não forneceria o conhecimento-base que norteia a sua prática, mas apenas capacitaria o trabalhador para utilizar diferentes e complexos instrumentos.

6. Considerações Finais

Qualquer projeto que tenha como tarefa a formação profissional não deve perder de vista os novos paradigmas, e deve assumir uma visão prospectiva, com base na constatação de uma tendência que é mundial: a incorporação das tecnologias inovadoras, o estímulo à flexibilização da produção e das relações laborais e a interação entre os setores. O perfil profissional que se define e se difunde no novo contexto econômico atrela-se aos requisitos de produtividade, qualidade e competitividade das cadeias produtivas.

Em uma visão mais objetiva, com o foco vinculado ao setor industrial da zona Oeste do município do Rio de Janeiro, particularmente, em relação à formação de mão-de-obra qualificada para a inserção nas indústrias de transformação e do pólo metalmeccânico, as ações propostas podem orientar-se para as seguintes estratégias:

- Estabelecimento de parcerias com as indústrias locais com o objetivo de fundamentar projetos educacionais que considerem as necessidades definidas por tais parcerias;
- Abertura de campo de estágio nas referidas indústrias para a prática profissional dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos superiores, que já são

oferecidos e para novos cursos a serem implementados;

- Aumento da oferta de trabalho, através da inserção dos egressos nas indústrias locais após o término dos seus cursos.

Urge, portanto, investir no que aparece como promissor nas novas relações de trabalho, formando profissionais mais qualificados a enfrentar as contradições do próprio paradigma. O compromisso da educação, visando à construção da cidadania por meio da produção do conhecimento, do fomento das idéias, da formulação de soluções sociais inovadoras e da formação de quadros profissionais de qualidade, colocados ao serviço da sociedade, contribuirá decisivamente para o avanço social e econômico da Região.

Referências Bibliográficas

BRASIL, MEC. Lei 9394 de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: 1996.

BRASIL, MEC. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: 2004.

BRASIL, Governo do Estado do Rio de Janeiro. Subsídios para uma Política de Educação Profissional e Tecnológica para o Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL, MEC. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Integrar para quê? Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília 2007.

CUNHA, A.M. de O.; FIRMO, C.A.B. A Educação Profissional no Contexto da Reforma Educacional dos anos 90. B.Téc. SENAC, Rio de Janeiro, v.32, n° 1, jan./abr. 2006.

GIL, A. C. Didática do Ensino Superior. Ed. Atlas: São Paulo, 2006.

INOX. Publicação do Núcleo de Desenvolvimento Técnico Mercadológico do Aço Inoxidável (Nucleo Inox), n° 28, jan./mar. 2008.

SOUZA, D.B., RAMOS, M.N., DELUIZ, N. Cobertura Municipal da Educação Profissional via regime de colaboração: uma prática possível? Ensaio: avaliação em Políticas Públicas e Educação. Rio de Janeiro, v. 15, n° 54, p.p 29-52, jan./mar. 2007.

Legislação Consultada:

Lei n° 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

Decreto n° 2208 de 17 de Abril de 1997.

Decreto n° 5154 de 23 de Julho de 2004.

Lei n° 11.741 de 16 julho 2008.